

Documentos do Século XIX sobre Santa Catarina

*Laura Machado Hübener **

Tendo por objetivo a execução de um projeto de pesquisa sobre as lideranças catarinenses no século XIX efetuou-se um levantamento dos documentos existentes no Arquivo Nacional.

O maior volume de informações, sobre o referido século, está contido na Correspondência entre o Governo Provincial de Santa Catarina e os Ministérios do Império, seguido dos documentos agrupados sob o título “Coleção de Memórias e Outros Documentos”.

Na chamada Seção dos Ministérios encontram-se ofícios dos Presidentes da Província com o Ministério dos Negócios do Reino e Império, com o Ministério dos Negócios da Justiça, com o da Guerra e Estrangeiros e com o da Marinha.

No registro da correspondência dos Presidentes da Província com o Ministério do Reino e depois do Império acham-se documentos correspondentes ao ano do estabelecimento da Família Real no Brasil, isto é, 1808 até a Independência do Brasil e depois até 1889. Obtém-se aqui, dados sobre a situação política, social e econômica da Província, a relação dos elementos que integravam a administração provincial em todos os níveis, assim como a perfeita idéia do funcionamento altamente centralizador da máquina burocrática do Brasil Imperial. Há a possibilidade de extração nominal das figuras economicamente mais expressivas no início do século, através das listagens de contribuições voluntárias ao Governo Central e da relação das pessoas que se tornaram acionistas do Banco do Brasil, em 1812.

É através dessa correspondência também, que se pode identificar os componentes das mais diversas categorias profissionais, em virtude da existência de relações de professores, cirurgiões, membros do clero, magistrados e outros. Constitui-se em excelente fonte de informação, ainda, sobre o estado sanitário da Província, com detalhes sobre o aparecimento cíclico de doenças epidêmicas, a partir da segunda metade do século.

* Professora do Instituto Estadual de Educação e da Universidade Federal de Santa Catarina.

história local. Instrumentos musicais e peças, irrecuperáveis, móveis, quadros, vestimentas e outros, cobertos de lama. Era uma verdadeira desolação e o prédio (1864) abalado em suas estruturas.

A Biblioteca Pública "Dr. Fritz Müller", perdeu 40% do seu acervo com aproximadamente 80 mil volumes, mobiliários, arquivos, fichas catalográficas semi-destruídos.

O horto florestal "Edith Gaertner", por sua vez, também foi atingido. Após sua limpeza a própria natureza se encarregou de recuperar.

As oficinas gráfica e de encadernação paralisaram as suas atividades, retornando paulatinamente aos trabalhos e em condições precárias.

A comunidade cultural abalada, procurou reerguer da lama o que foi possível recuperar. A meta agora era buscar socorro financeiro e assistência na área da restauração. Correspondências, pedidos diretos, relatórios e memoriais descritivos foram enviados para várias unidades culturais e empresariais, objetivando apoio.

A Fundação "Casa Dr. Blumenau" uma das mais atingidas, para recuperar o acervo histórico-cultural, teve resposta da Fundação Nacional Pró-Memória, através do Programa Nacional de Museus, que se encarregou da revitalização do Museu. Todo processamento técnico e restauração do acervo foram providenciados.

A indústria Tabacos Brasileiros Ltda. de Blumenau, não atingida pelas águas, investiu na restauração do prédio das instalações do museu. Em julho de 1984, após completa restauração, o mesmo foi entregue ao público para visitação.

A Biblioteca Pública, sem padrinho para sua recuperação, foi lentamente se reorganizando. Livros ainda com possibilidade de manuseio foram, aos poucos, secando e reconstituídos. A fragilidade do papel, a lama e os poucos recursos disponíveis, impediram um maior aproveitamento. A Cia. Hering, na tentativa de auxiliar a instituição, cedeu espaço para a secagem dos livros. O Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado prontificou-se a auxiliar na reclassificação e catalogação dos livros. O que sobrou do seu acervo foi transferido para outro prédio, onde a biblioteca passou a atender o público, com precariedade.

Em agosto de 1984, eis que nova desgraça se abateu sobre Blumenau. As águas do Itajaí, voltaram com maior fúria e volume. Seu nível máximo chegou a 15,75 m. A tragédia se repetiu. Desta vez por pouco tempo, mas o suficiente para causar incalculáveis prejuízos.

Para a cultura local, a situação voltou a agravar-se seriamente. Blumenau que aos poucos retomava seu ritmo cultural, interrompido pelas cheias de 83,

Quanto à correspondência da Província com o Ministério da Justiça (1823 a 1878), há dados referentes à situação da Guarda Nacional e seus componentes. Sobre seus oficiais, em documento reservado, há dados biográficos e detalhes da conduta de cada um, que a título de curiosidade se permite transcrever alguns "... mui subordinado ...", "... não tem préstimo algum para o serviço ...", "... não tem inteligência para o serviço ...", "... não presta para nada ...".

Encontram-se, além de outros, relações dos magistrados exercendo funções em Santa Catarina, mapas da Força Policial, relatórios de Chefes de Polícia, onde descrevem o estado das prisões, estatísticas criminais, a situação de segurança e saúde pública na Província.

Sobre a Revolução Farroupilha há farto material, quando o Presidente fornece constantes informações ao Governo Imperial, sobre a situação revolucionária em Santa Catarina.

O período de 1822 a 1849 é o mais rico em informações relativas a questões eleitorais com transcrição detalhada sobre as eleições nas Atas existentes.

Para o Ministério da Justiça há, ainda, uma série de ofícios encaminhados pela Tesouraria da Fazenda de Santa Catarina no período de 1850 a 1878 e dos Presidentes da Província para o Arquivo Nacional (Relatórios dos Presidentes e a Legislação catarinense).

No que se refere ao Ministério da Guerra e Estrangeiros as correspondências datam do período de 1811 a 1878. Podem ser coletados muitos dados sobre o estado das fortificações e das tropas existentes na Província, relações de Oficiais do Estado Maior do Exército, do Real Corpo de Engenheiros e de Tropas de Linha.

Nos ofícios enviados pelo Comandante das Armas ao Ministério, entre os anos de 1827 a 1832, torna-se uma constante a descrição da situação de miséria das tropas, por falta do pagamento dos soldos e sobre a Campanha em Montevideu e que culmina com a independência da Província Cisplatina, em 1828.

As comunicações efetuadas pelos Presidentes de Santa Catarina ao Ministério da Marinha correspondem ao período de 1808 a 1886. São dessas as informações sobre a Intendência da Marinha e mapas dos Oficiais da Armada na Província catarinense. Da listagem de embarcações existentes no período imperial, pode-se extrair a relação nominal dos seus maiores proprietários, como, também, há a possibilidade da coleta dos comerciantes fornecedores de gêneros alimentícios, de outros artigos e até de empréstimos em dinheiro para a Marinha.

Obtém-se ainda material para compor a história da Capitania dos Portos e da Companhia de Aprendizes Marinheiros.

Em toda correspondência acima referida encontram-se documentos considerados “reservado” ou “confidencial”. Tratam-se de denúncias sobre fraude administrativas, de informações sobre a conduta de elementos integrantes do Governo da Província e até do encaminhamento de processos de falência como a que envolveu o comerciante Jacintho Pinto da Luz, por exemplo.

A “Coleção de Memórias e outros Documentos” compõe-se de documentos, já microfilmados, do mais variado teor. Estão aqui agrupados levantamentos estatísticos de vilas, cidades, escolas, boticas; mapas populacionais, de eleitores, de batismo, de casamentos, de óbitos, no período de 1790 a 1865.

É preciso destacar, no entanto, que se percebe, através da correspondência trocada, que nas primeiras décadas do século, alguns mapas estatísticos foram solicitados pelo Governo Imperial e não foram enviados pelo Governo da Província sob a alegação da inexistência deles na Câmara do Desterro.

Volume de documentos interessantes referem-se às informações pessoais sobre candidatos a cargos públicos, na década de 20, pelos quais observa-se que o maior mérito de um candidato eram os laços de parentesco com outras figuras de expressão política. Daí, a análise e a conclusão inicial que a maior parte das pessoas eleitas neste período tinham laços familiares entre si e conseqüentemente a dedução de aqui se encontrar algo referente à origem de oligarquias em Santa Catarina.

